

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 10/2024- Jurídico DIRAE	
Título e Código do Projeto:	914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
Local de Trabalho:	Brasília-DF
Período do contrato:	11 meses
Número de vagas:	03 (três)
Enquadramento no Prodoc:	1.1.6 Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido como PDDE Básico, é regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, tendo como legislação principal anterior a Resolução CD/FNDE/MEC nº 10, de 18 de abril de 2013.

Além do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que consistem em programas educacionais específicos geridos pelas Secretarias do Ministério da Educação – MEC (Secretaria de Educação Básica – SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi), mas que seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico nos quesitos: forma de transferência dos repasses, modo de gestão dos recursos e modo de prestação de contas.

Contudo, cada Ação Integrada possui finalidades, objetos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos e alcance dos objetivos dos programas.

O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

- a) o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
- b) a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
- c) o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

Para que os programas de manutenção escolar sejam bem compreendidos e executados, o FNDE precisa investir em estratégias efetivas de assistência técnica.

Nesse contexto, visando melhorar a execução das políticas educacionais, a cooperação técnica busca alcançar resultados tangíveis e mensuráveis no projeto específico através da contratação de consultores

individuais. Esses profissionais ajudarão a adequar a DIRAE às exigências legais e a mitigar riscos jurídicos, assegurando a regularidade e transparência na administração dos recursos públicos e no cumprimento das metas do PNATE, PDDE e PNLD. Além disso, pretende-se fortalecer o papel da DIRAE por meio de uma análise detalhada das decisões judiciais no campo educacional, aumentando a eficácia das políticas públicas educacionais.

A contratação de consultoria jurídica especializada é considerada essencial, dado a complexidade e a importância das atividades realizadas pela DIRAE, bem como a necessidade de atender às recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e outros órgãos de controle. Das três vagas previstas no presente edital, dois profissionais serão responsáveis por realizar estudos detalhados e análises jurídicas abrangentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão dos processos relacionados ao PNATE e PDDE.

Ademais, ressalta-se a importância da etapa de habilitação no processo de aquisição dos livros e materiais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O objetivo da contratação de uma consultoria jurídica especializada no contexto deste Projeto de Cooperação Técnica é contribuir para o aprimoramento da etapa de habilitação das empresas e obras participantes do Programa. Para isso, é necessário revisar o fluxo do processo e os critérios de habilitação à luz da legislação vigente, especialmente a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998) e demais legislações que regulam os processos administrativos aplicáveis ao caso.

Essa revisão deve contribuir com a otimização do processo sem, contudo, prejudicar a segurança jurídica e a legalidade, promovendo maior celeridade e homenageando o princípio constitucional da eficiência. Dessa forma, a contratação de consultores individuais visa assegurar que a DIRAE esteja não apenas em conformidade com as exigências legais, mas também operando de maneira eficiente e transparente, cumprindo suas metas educacionais com eficácia.

2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.1: Sistematização, análise e avaliação das experiências brasileiras e internacionais na implementação de programas de transferência direta de recursos para as escolas e programas de apoio ao transporte escolar elaborados e publicados.

Atividade 1.1.6: Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Atividades:

Consultor 1 e 2

Atividade 1: Reunir dados de acórdãos, relatórios, pareceres e comunicações do TCU e outros órgãos de controle relevantes, conforme os períodos especificados no cronograma de entregas.

Atividade 2: Conduzir uma análise jurídica detalhada das recomendações e determinações, avaliando seu alinhamento com a legislação atual, normas regulamentadoras e precedentes judiciais, para entender as implicações legais para a DIRAE e suas operações.

Atividade 3: Estruturar as recomendações e determinações em uma base de dados organizada, incluindo detalhes sobre a natureza da recomendação, data, contexto e áreas impactadas.

Atividade 4: Examinar as implicações jurídicas de cada recomendação ou determinação, levando em conta a legislação vigente, jurisprudência relevante e políticas internas da instituição.

Atividade 5: Identificar possíveis ações corretivas a serem implementadas.

Atividade 6: Realizar reuniões com as partes envolvidas nos processos para alinhar e apresentar os resultados das análises realizadas.

Atividade 7: Sugerir ações corretivas e propor medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.

Consultor 3

Atividade 1: Reunir a legislação, jurisprudências, demandas administrativas e judiciais, documentação sobre o fluxo dos processos, checklists e outros subsídios necessários, conforme os períodos especificados no cronograma de entregas.

Atividade 2: Conduzir uma análise jurídica detalhada da legislação e jurisprudências aplicadas ao processo de habilitação de empresas e obras, avaliando sua conformidade, para entender as implicações legais para a DIRAE e suas operações.

Atividade 3: Realizar estudos de caso a partir de situações concretas recorrentes no processo de habilitação de empresas e obras (cessão de direitos, incorporações de empresas, sucessão por morte, dentre outros casos), com fundamento teórico e legal.

Atividade 4: Realizar análise do fluxo dos processos de habilitação sob o ponto de vista administrativos (fluxo do processo, gestão documental no SEI, operacionalização dos sistemas de apoio à gestão, dentre outros).

Atividade 5: Propor nova estrutura dos critérios de habilitação à luz da legislação aplicada, especialmente da Nova Lei de Licitações e Contratos e da Lei de Direitos Autorais.

Atividade 6: Propor aprimoramentos para os editais no que concerne à etapa de habilitação a partir dos estudos realizados.

Atividade 7: Realizar reuniões com as partes envolvidas nos processos para alinhar e apresentar os resultados das análises realizadas.

Atividade 8: Sugerir ações corretivas e propor medidas preventivas sob os pontos de vista da comunicação, da transparência, do compliance, da governança, da integridade, da inovação e do aperfeiçoamento das políticas públicas.

4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor 1 (CGDME)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Produto 1 Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2015 e 2016)	40 dias
Produto 2 Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2017 e 2018)	90 dias
Produto 3 Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2019 e 2020)	150 dias
Produto 4 Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2021 a 2022)	210 dias

Produto 5 Levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2023 a 2024)	255 dias
Produto 6 Estudo analítico contendo uma visão holística das recomendações e determinações relatórios emitidos pelos órgãos de controle ao longo dos anos, identificando padrões e propondo soluções práticas para melhorar a gestão do PDDE. A implementação das medidas preventivas sugeridas contribuirá para a transparência, eficiência e legalidade das ações da DIRAE/CGDME, garantindo a conformidade com a exigência dos órgãos de controle e continuidade do programa de forma eficaz e sustentável.	315 dias

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

Consultor 2 (CGPTE)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Produto 1 Documento técnico contendo levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGPTE, alusivas ao PNATE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2020)	40 dias
Produto 2 Documento técnico contendo levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGPTE, alusivas ao PNATE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2021)	90 dias
Produto 3 Documento técnico contendo levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2021 e 2022)	150 dias
Produto 4 Documento técnico contendo levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2023 a 2024)	210 dias
Produto 5 Documento técnico contendo levantamento das recomendações e determinações impostas pelo TCU (tribunal de Contas da União) e demais órgãos de controle à DIRAE/CGDME, alusivas ao PDDE incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro. (período: 2023 a 2024)	255 dias

Produto 6 Documento técnico contendo estudo analítico contendo uma visão holística das recomendações e determinações relatórios emitidos pelos órgãos de controle ao longo dos anos, identificando padrões e propondo soluções práticas para melhorar a gestão do PNATE. A implementação das medidas preventivas sugeridas contribuirá para a transparência, eficiência e legalidade das ações da DIRAE/CGPTE, garantindo a conformidade com a exigência dos órgãos de controle e continuidade do programa de forma eficaz e sustentável.	315 dias
--	----------

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

Consultor 3 - COHER

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Produto 1 Documento técnico contendo o levantamento da legislação e jurisprudências aplicadas ao processo de habilitação de empresas e obras, e manifestação jurídica sobre sua conformidade.	40 dias
Produto 2 Documento técnico elaborado a partir de estudo de situações concretas recorrentes no processo de habilitação de empresas e obras, com encaminhamentos fundamentados em aspectos teóricos e legais.	90 dias
Produto 3 Documento técnico contendo diagnóstico do fluxo dos processos de habilitação sob o ponto de vista administrativo (etapas do processo, gestão documental no SEI, operacionalização dos sistemas de apoio à gestão, dentre outros).	150 dias
Produto 4 Documento técnico propondo, a partir dos estudos realizados, nova estrutura dos critérios de habilitação à luz da legislação aplicada, especialmente da Nova Lei de Licitações e Contratos e da Lei de Direitos Autorais.	210 dias
Produto 5 Documento técnico propondo, a partir dos estudos realizados, aprimoramentos para os editais, com enfoque na etapa de habilitação.	255 dias
Produto 6 Documento técnico propondo ações corretivas e medidas preventivas para a etapa de habilitação, sob os pontos de vista da comunicação, da transparência, do compliance, da governança, da integridade, da inovação e do aperfeiçoamento da política pública.	315 dias

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- **Experiência Profissional:**
 - Experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação na área de formação, em acompanhamento e análise de processos jurídicos e na elaboração de pareceres e opiniões jurídicas.
 - Experiência mínima de 2 (dois) anos em consultoria e/ou assessoria jurídica mediante pesquisa e análise de legislação aplicada e jurisprudência e/ou conhecimentos em legislação aplicada a Direitos Autorais.

6.2 Desejáveis:

- Especialização na área jurídica.

7– PROCESSO SELETIVO

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

a) o candidato deverá enviar o currículo conforme o padrão divulgado no site do FNDE e e-mail informado no edital, indicando o perfil do cargo a que deseja concorrer;

Deve indicar o perfil apenas se houver mais de um perfil no edital. O perfil corresponde a qualificação profissional desejada, por exemplo: comunicador, analista de dados etc.

b) serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição;

c) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência. Os candidatos que não informarem no currículo o perfil para o qual desejam concorrer poderão ter seus currículos eliminados da concorrência ou distribuídos para algum dos perfis conforme avaliação discricionária da Comissão de Seleção, não cabendo recurso em caso de discordância com a opção adotada.

d) a pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;

e) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

f) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

a) serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise

de Currículos -, considerando até 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

c) a pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;

d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;

e) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA

a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.

d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;

e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;

f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;

g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;

h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	<p>É obrigatório que possua diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p>É desejável especialização mestrado ou doutorado relacionados à área de formação.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Mestrado/Doutorado</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Especialização</p> <p>[70%] 7 pontos: Graduação</p>	10

Qualificação e Experiência do Candidato					
2	Experiência do candidato	<p>É obrigatório que possua experiência mínima de 2 (dois) anos em acompanhamento e análise de processos jurídicos e elaboração de pareceres e opiniões jurídicas.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador.</p>	<p>[100%] 30 pontos: 4 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 25,5 pontos: 3 anos de experiência</p> <p>[70%] 21 pontos: 2 anos de experiência</p>	30	
		<p>É obrigatório que possua experiência mínima de 2 (dois) anos em consultoria e/ou assessoria jurídica mediante pesquisa e análise de legislação aplicada e jurisprudência e/ou conhecimentos em legislação aplicada a Direitos Autorais.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p>[100%] 30 pontos: 4 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 25,5 pontos: 3 anos de experiência</p> <p>[70%] 21 pontos: 2 anos de experiência</p>	30	
3	Entrevista	<p>Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	10	
		<p>Desenvoltura na articulação de temas e experiências relatadas relacionadas ao objeto da contratação.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	10	
		<p>Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	10	
TOTAL DE PONTOS					100

9 – LOCAL DE TRABALHO

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho.

Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

10 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Coordenador-Geral da Política do Transporte Escolar - CGPTE por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

Brasília/DF, agosto de 2024.

Coordenador Executivo Projeto 914BRZ1149